



SALA DE LEITURA

EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E AMBIENTAL



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E AMBIENTAL – PEC&A

VERSÃO PARA PÚBLICO

Público

NÃO FORMAL

MÓDULO 12b

MÓDULO “ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO, RUMO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)”

1. IDENTIFICAÇÃO DO MÓDULO: NF12b

TEMA: (XII) Governança e cenários nacionais e internacionais

TÓPICO: 12b - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS

MÓDULO: Água limpa e saneamento, rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

2. TEXTOS/ROTEIROS DE LEITURA

TEXTO: “Quatro boas notícias”.

Leia o texto e reflita sobre as seguintes perguntas:

1. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) traziam 8 temas para que as diversas nações assumissem compromissos até o ano de 2015 para melhorar questões como erradicação da pobreza e da fome, diminuição da mortalidade infantil, garantia de educação básica, entre outras. Em 2016 foram acordados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são em número de 17 para serem desenvolvidos até 2030. Qual a importância dessa modificação?

2. Como são muitos os objetivos estabelecidos e metas a serem traçadas, foi estabelecido um plano de execução, concentrando esforços nos seguintes: ODS 1 - fim da pobreza em todas as suas formas e lugares; ODS 6 - água e saneamento para todos; ODS 8 - emprego produtivo e trabalho decente para todos; ODS 10 - redução das desigualdades internas e entre as nações. Qual a importância do ODS 6 para o Brasil e como essa temática já vem sendo abordada?

Quatro boas notícias

Por José Eli da Veiga, 25/02/16.

Por enquanto foi ínfima no Brasil a repercussão da 'Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável', adotada há exatos cinco meses em cúpula que reuniu chefes de Estado e de governo do mundo todo. Com certeza devido ao reinante "baixo astral", mas certamente também à complexidade intrínseca ao próprio tema a sustentabilidade do desenvolvimento e à extensão do documento: 169 maçantes enunciados, parcialmente na forma de metas, que especificam os já difíceis de memorizar 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

A primeira boa notícia é que em cada um dos próximos quatro anos só um punhado desses objetivos vá para a berlinda, sempre com o último (17), que prevê os meios de implementação. Dessa forma, a primeira avaliação geral, em 2020, será precedida por um ciclo de acompanhamento (followup) de quatro anos temáticos: garantir que ninguém fique para trás, em 2016, garantir segurança alimentar em planeta seguro, em 2017, fomentar capacitações produtivas que tornem as cidades mais sustentáveis, em 2018, e empoderar as pessoas para garantir sociedades pacíficas com igualdade de gênero, em 2019.

Nesse plano, o monitoramento começará concentrado nos seguintes ODS: fim da pobreza em todas as suas formas e lugares (1); água e saneamento para todos (6), emprego produtivo e trabalho decente para todos (8); redução das desigualdades internas e entre as nações (10).

É assustador que o progresso das nações continue a ser medido apenas pelo do PIB e, às vezes, pelo IDH

Em 2017 a focalização passará para a relação entre segurança alimentar e suas bases biogeoquímicas, graças ao agrupamento dos seguintes ODS: acabar com a fome, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável (2); urgência no combate à mudança climática e seus impactos (13); conservação dos oceanos, mares e seus recursos (14); estancar a perda de biodiversidade pela proteção dos ecossistemas terrestres e combate à degradação dos solos e desertificação (15).

Em 2018 as atenções se voltarão aos desafios urbanos, com holofotes nos seguintes ODS: garantir energia moderna acessível a todos (7); infraestruturas, industrialização e inovação (9), tornar todos os assentamentos humanos seguros e resilientes (11), fazer com que padrões de produção e consumo sejam menos insustentáveis (12).

Para fechar o ciclo, em 2019 será privilegiado o acompanhamento dos demais ODS: saúde e bem-estar para todos (3), educação e oportunidades aprendizado

permanente para todos (4), alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (5), construir instituições que promovam sociedades pacíficas e inclusivas com irrestrito acesso à justiça (16).

Além dessa engenhosa proposta de quatro anos temáticos, lançada no mês passado pelo secretário geral Ban Ki-Moon, também foi extremamente alvissareiro o resultado de amplíssima consulta à comunidade dos peritos em estatísticas sobre os indicadores necessários à avaliação dos avanços na direção dos ODS. No mês que vem a poderosa Comissão Estatística das Nações Unidas deverá se pronunciar sobre nada menos que 149 indicadores escolhidos por unanimidade e mais 80 não descartados por terem obtido razoáveis consensos. Essa listagem é tão impressionante que impõe a dúvida: será que ao menos alguma das agências nacionais de estatística disporia de dados adequados ao uso das duas centenas de indicadores que poderão ser acatados?

É bastante provável que a resposta a tal pergunta seja não somente negativa, como realce que muitos desses indicadores são inteiramente inéditos. O que não deixa de ser uma terceira boa notícia, pois com isso uma das grandes virtudes da Agenda 2030 será a de favorecer um salto cognitivo sobre a sustentabilidade do desenvolvimento por tomada de consciência sobre a vastidão das deficiências no âmbito de tais métricas.

O melhor exemplo é a enorme dificuldade de se obedecer a uma das mais recorrentes recomendações oficiais das últimas décadas: a superação do PIB e do IDH por aferição abrangente do desenvolvimento sustentável. O último dos enunciados sobre os ODS lançados pela Agenda 2030 é a meta de se ter, até 2030, uma medida de progresso que "complemente" o PIB. E, para atender a tal exigência, o relatório da "Inter-Agency and Expert Group on Sustainable Development Indicators" sugere (sem unanimidade) um indicador ainda bem desconhecido, proposto por parceria da Universidade das Nações Unidas (UNU) com o Pnuma: o "Inclusive Wealth Index".

Caso tal proposta favoreça a abertura da discussão evitada nos últimos seis anos sobre as conclusões do relatório da comissão coordenada por Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi (reproduzido no livro "Mismeasuring our lives, Why GDP Doesn't Add Up", The New Press: 2010), com certeza essa será por si só, e de longe a melhor das quatro boas notícias. Afinal, é assustador que o progresso das nações continue a ser medido apenas pelo aumento da produção mercantil interna (o PIB), e às vezes pela média aritmética entre o per capita desse acréscimo e desempenhos em saúde e em educação (o IDH).